

Lex

BREVES

NOVA LEGISLATURA

Assessores jurídicos de empresas pedem justiça mais célere

Previsibilidade, rapidez e incentivo ao uso de meios de resolução de litígios estão entre as medidas que os advogados que dão apoio jurídico a empresas defendem para a justiça na próxima legislatura.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Que medidas seria importante adotar na próxima legislatura, de modo a tornar o sistema de justiça mais “amigo” das empresas e, desse modo, promover o investimento na economia? Mais rapidez e previsibilidade nas decisões da administração e dos tribunais, responde ao Negócios um grupo de advogados cujo apoio jurídico está direcionada sobretudo para o mundo empresarial.

Catarina Veiga Ribeiro, advogada que trabalha as áreas de penal e constitucional, consultora na Miranda & Associados, entende que muita da insatisfação dos cidadãos resulta da resposta lenta da justiça. Até por esta razão, considera importante que na próxima legislatura seja possível avançar com a redução dos prazos dos processos, nomeadamente no tempo “permitido”, em processos-crime, por parte do Ministério Público ou para a elaboração de acórdãos, por parte dos magistrados judiciais.

Outra das medidas que Catarina Veiga Ribeiro gostaria de ver posta em prática na próxima legislatura, tendo em vista a uma maior celeridade no funcionamento da justiça, seria a criação de gabinetes de assessores judiciais e de equipas de intervenção rápida, tendo como fito, igualmente, a redução dos tempos de decisão da justiça.

“A afetação destes gabinetes deveria ser gerida de forma adequada às necessidades dos tribunais a cada momento”, sublinha a consultora da Miranda, que vê na criação destas unidades uma for-



A criação de gabinetes para apoiar os tribunais a reduzir processos pendentes é uma das medidas defendidas.

ma de auxiliar os serviços a reduzir processos pendentes, mas também a apoiar a produção de decisões judiciais na primeira instância, em tribunais com grande procura ou afetos a processos de elevada complexidade.

Nos processos de insolvência, há tribunais com um volume de trabalho tão elevado que só ao fim de vários anos se chega a um desfecho.

Reduzir processos

É também numa maior celeridade das decisões no setor da justiça que Natália Garcia Alves, sócia da área de contencioso da SRS, vê necessidade de intervir. Nesse âmbito, na ótica das empresas, defende a adoção de medidas que permitam o descongestionamento dos Tribunais de Comércio mais assoberrados.

“Há tribunais com um volume de trabalho tão elevado que impossibilitam a tramitação dos processos, nomeadamente, dos processos de insolvência, em tempo razoável, levando a que os mesmos se arrastem durante anos”, explica a especialista da SRS.

Isto porque a realidade referida é suscetível de causar ainda maior prejuízo aos credores, porque, além de terem dificuldade em recuperar o seu crédito, “só conseguem, e quando o conseguem, ao fim de um tempo alargado”, ex-

Apostar na fase pré-contencioso é um dos desafios lançados por Nuno da Cunha Barnabé para a área da justiça tributária.

Tiago Sousa Dias



O sistema de justiça seria tanto mais 'amigo' do investimento e das empresas quanto fosse célere e previsível nas decisões tomadas.

DOMINGOS CRUZ
'Managing partner' da CCA

Redução do número de processos de insolvência pendentes [...] traria benefícios a todos os agentes judiciários.

NATÁLIA GARCIA ALVES
Sócia da SRS

[Deveria haver] maior incentivo à resolução de litígios [recorrendo...] ao acordo extrajudicial e à arbitragem.

CATARINA V. RIBEIRO
Consultora da Miranda

A mediação é a solução mais eficaz para obviar aos custos das empresas que acarretam os processos de execução fiscal.

NUNO CUNHA BARNABÉ
Sócio da Abreu Advogados



Da alteração do regime das custas aos crimes de violência doméstica

plica ainda Natália Garcia Alves, que defende, por isso, a redução do número de processos de insolvência pendentes.

Essa realidade “traria benefícios a todos os agentes judiciários – juizes, advogados, funcionários judiciais – bem como aos credores e às próprias pessoas – singulares ou coletivas – insolventes”, enfatiza a mesma advogada.

Mediação na área fiscal

Numa outra área da justiça de especialização, a de direito fiscal, Nuno da Cunha Barnabé, sócio da Abreu Advogados, defende como medida fundamental “modernizar a justiça tributária e ir mais longe do que a arbitragem tributária, capitalizando o seu sucesso”.

Quer com isto dizer este fiscalista que “é necessário apostar na fase pré-contenciosa, seguindo as economias de países mais desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)”.

Nesse sentido, Nuno da Cunha Barnabé entende que a introdução da mediação, enquanto meio alternativo de resolução ou prevenção de litígios na área tributária, “é a solução mais eficaz para obviar aos custos e às limitações à atividade das empresas que acarretam os processos de execução fiscal”.

Para Domingos Cruz, “managing partner” da sociedade de advogados CCA, é possível concluir que um “sistema de justiça seria tanto mais ‘amigo’ do investimento e das empresas quanto fosse célere e previsível nas decisões tomadas pela administração e pelos tribunais”. ■

Alterar o Regulamento de Custas Processuais, que é de difícil interpretação e está cheio de lacunas, ou aperfeiçoar o contributo policial para a prevenção da violência doméstica são medidas que os advogados mais ligados à área penal defendem dever ser adotadas na próxima legislatura.

A alteração do atual regime de custas judiciais é uma das medidas que Natália Garcia Alves, sócia da SRS, defende. A justificação é simples e prende-se com o facto de aquele diploma legal ter vindo a revelar-se de “difícil interpretação e por conter muitas lacunas”, o que “dá azo a situações injustas e desproporcionadas no que toca às custas devidas por um processo judicial”.

Este tema tem sido discutido no âmbito do Círculo de Advogados de Contencioso, e é consensual, segundo Natália Garcia Alves, a necessidade da revisão daquele Regulamento.

Reportando-se ao campo dos equipamentos e infraestruturas associados à justiça, a modernização do sistema prisional é, por seu turno, uma das medidas desejadas pela advogada Catarina Veiga Ribeiro, da Miranda & Associados.

Esta especialista em direito penal entende que deveria ser possível tornar os estabelecimentos prisionais mais adequados, nomeadamente “com um acolhimento dos ar-



Alexandre Azevedo

A modernização do sistema prisional é uma das medidas defendidas.

guiados compatível com a dignidade humana”, bem como “combater a sobrelotação, dispensando um tratamento adequado dos presos preventivos”. Catarina Veiga Ribeiro entende ainda ser necessário, num quadro de diálogo, “reconhecer as especificida-



[Regulamento das custas processuais] dá azo a situações injustas no que toca às custas devidas por um processo judicial.

NATÁLIA GARCIA ALVES
Sócia da SRS Advogados

des da condição policial e conferir especial atenção à dignificação da carreira dos guardas prisionais”.

Já no capítulo da política criminal, esta advogada da Miranda considera necessário avançar com medidas na área da violência doméstica. Entre as iniciativas que defende está o aperfeiçoamento do contributo policial para a prevenção dos crimes neste âmbito, nomeadamente através da especial formação dos agentes.

Não esquece, na área referida, o papel dos magistrados e a necessidade de contar com o contributo destes, em especial os que disponham de vocação para o direito da família. Por fim, aponta ainda a necessidade de adotar medidas que melhorem o sistema de proteção às vítimas de crime violento e de violência doméstica, “nomeadamente intensificando a vigilância dos agressores”. ■

JOÃO MALTEZ